

Poder de indecisão

Wilson Figueiredo

De crista baixa, brasileiras e brasileiros, devolvidos à rotina, esperaram em vão, ao pé do rádio, uma palavrinha do presidente no dia da vitória dele e do presidencialismo. Nada. Queriam simplesmente que Sarney demonstrasse na prática que a reivindicação do presidencialismo e seu corolário, o mandato de 5 anos, realmente nada continha de pessoal.

Acabaram todos concluindo que o único gesto capaz de provar que a vitória não foi em causa própria é a renúncia. Nem falar. A experiência ensina que renúncia não é coisa que se peça ou se espere. Só vale pela surpresa.

O presidente foi à luta com as armas inadvertidamente deixadas ao seu alcance, na condição de chefe supremo das Forças Armadas. Foi, de certa forma, um gesto de legítima defesa. Até aí, nada de pessoal. Foi institucional mesmo. Além de presenteado com o sistema de governo, agraciado com 5 anos. Só a renúncia, e nada menos que a renúncia, pode resolver o dilema: se o parlamentarismo tinha (como o próprio Sarney chegou a dizer) a intenção de abatê-lo pessoalmente em pleno voo, o presidencialismo terá que levar o altruísmo às últimas conseqüências.

Na hipótese de aprovação do parlamentarismo, a renúncia seria simples decorrência. Nada mais teria a fazer quem nada fez. Com mais razão, se lhe dessem um mandato de quatro anos para vestir. Ficaria apertado, porque teria de dividir o jaquetão com um primeiro-ministro.

Sobra para a renúncia uma última e particular razão: tendo sido parlamentarista antes de ser presidente, e deixado de ser, com o gesto Sarney entraria para os compêndios escolares pela via moral, e na situação de atropelado pela História em excesso de velocidade. A ilustração, no entanto, poderia fixar o esforço de Sarney na figura de Sansão derrubando as colunas do templo e, obviamente, sendo soterrado.

Os leitores tiveram os seus olhos abertos para o parlamentarismo pela sucessão de crises que escreveram a história do presidencialismo. Sarney, ao contrário do eleitor, fecha os olhos nos momentos difíceis para usufruir o potencial do presidencialismo. O poder vibra nas mãos do presidente. Tornou-se um crente e, como todo convertido, empenha-se a fundo em reconquistar os que perderam a fé. É dando que se recebe, e quem tem a dar tem a receber.

É visceralmente isto o presidencialismo. Quem tem condições de propiciar o bem não escapa à tentação de reparti-lo com amigos e parentes. É igualmente privilégio do poder, em caso de necessidade, fazer o mal. Abster-se da prática é insatisfatório.

Não sobrou tempo no primeiro dia. Havia muito a fazer. Tanto que, depois de 5 dias, ainda nem começou. Há tanto a fazer e tão pouco tempo disponível que o mandato de 6 anos acabará lembrado a tempo de entrar nas Disposições Transitórias para compensar o tempo perdido.

Um mandato de dois anos é pouco para um presidente ativo e decidido. Para um indeciso, também. Uma simples opção posta diante de Sarney é suficiente para confundi-lo todo. Em geral, é ele próprio o primeiro a se arrepende das decisões que custa tanto a tomar, e o último a voltar atrás. Hesita até o fim. Não vai demorar a

mandar dizer que não queria os 5 anos nem o presidencialismo, mas o forçaram a aceitá-los. Nenhum interesse pessoal.

A primeira conclusão a ser tirada diz respeito a saber até quando botar mais poder na mão de um temperamento fraco não lhe sobrecarrega de incertezas o coração. Tanto quanto se sabe, a respeito de Sarney e da natureza humana, mais poder na mão de um indeciso só aumenta a indecisão. É um ponto a conferir logo: Já perdeu, para começar, 5 dias de autoridade novinha em folha.

A Constituinte retoma o eterno trabalho de carregar água em peneira, sem se rebobinar para a sistematização final. Estão aí os ministros militares, que presumem saber o que é realmente bom para a tosse dos brasileiros e o pigarro dos políticos. Pequenas conclusões vão juntar o que sobrar desta transição, se sobrar.

Empresários foram retirados dos seus afazeres para a missão de lembrar, àqueles que não precisam de votos para se sentirem fortes, que o Brasil ficará impraticável se quiser levar ao pé da letra o que foi escrito na Constituição. Não se lembraram, porém, de que a História se escreve depois, e não antes. E até se reescreve, de acordo com a necessidade. A Constituição de 46 não tinha, entre os seus defeitos, o de autorizar o irrealizável. O direito de greve e a participação dos empregados nos lucros das empresas, por exemplo, estavam expressos com todas as letras. Mas devidamente protegidos pelas ressalvas. Eram direitos, e não obrigações.

Havia direito de greve, mas não greves. Para evitar excessos, o Congresso não providenciou a regulamentação legal. Mais tarde, quando a Constituição se tornou letra morta, as greves vieram, não obstante o respectivo direito tivesse se recolhido à sua insignificância. Vieram, viram e ficaram. Parece que não pretendem mais voltar atrás. Quanto à participação nos lucros, com certeza não vingou por falta de lucro. Assim sendo, a classe operária não seria trouxa a ponto de reivindicar participação nos prejuízos das empresas. Ficamos conversados.

Os empresários não queriam personalizar. O que pediam, no entanto, implicava o revigoramento do presidencialismo e o mandato de 5 anos. Os que sabem o que é melhor para tosse providenciaram. Ficou mais claro que ainda é insuficiente.

Enfim, foi o que se viu: o protótipo da Nova República, de geometria variável, com a colaboração militar acaba de voar experimentalmente. Passou no teste. Agora é entrar no serviço regulamentar.

Até que o presidente tome coragem para decidir, os primeiros tempos serão de comemoração e agradecimento. É hora de agradecer a São Francisco, consolidado na sua condição de padroeiro do presidencialismo, graças aos 344 votos (com o devido respeito e sem trocadilho) dos devotos constituintes. Continuará a ser dando que se receberá.

Os poucos conhecimentos hagiográficos dos constituintes, no entanto, não socorreram os parlamentaristas com a invocação do mesmo São Francisco para ajudá-los na hora H. A acumulação é legal. Trata-se de um santo que ficou também conhecido pela capacidade de criar crises. Poderia ser padroeiro dos parlamentaristas. A única diferença seria de procedimento: no atendimento geral, por intermédio do primeiro-ministro, se utilizaria a fórmula adotada para a bênção de animais, de que São Francisco também é padroeiro. Atende-se a todos de uma só vez.

JORNAL DO BRASIL

27 MAR 1988